



# Diário Oficial

Criado pela Lei Municipal nº 269/79, de 18-12-79, publicado  
no Diário Oficial do Estado da Paraíba, do dia 25-12-79  
**EDIÇÃO EXTRA - 25 DE JANEIRO DE 2012**



ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE BAYEUX  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI MUNICIPAL N.º 1230/2012**  
(Autoria: Poder Legislativo)

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas de Bayeux (PB) e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BAYEUX**, no uso das atribuições legais previstas no Art. 45, IV, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Bayeux aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica instituídos o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre as Drogas-COMAD, como órgão consultivo, normativo, de deliberação coletiva e de natureza paritária, o qual no âmbito municipal e segundo as peculiaridades locais integrar-se-á ao Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CEAD) e ao Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), de que trata o Decreto Federal 5.912, de 27 de setembro de 2006.

Art. 2º- São objetivos do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre as Drogas de Bayeux (PB):

I- instituir e desenvolver o Programa Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas-PROMAD, destinado ao desenvolvimento das ações de prevenção e de redução da demanda e da oferta de drogas.

II- propor, articular, coordenar e acompanhar programas de ações destinadas à redução da demanda de drogas, compatibilizando-o com as diretrizes do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas da Paraíba;

III- acompanhar o desenvolvimento das ações de fiscalização e repressão ao tráfico, executadas pelo Poder Público Estadual e Federal, apresentando sugestões quando necessário;

IV- propor ao Prefeito e à Câmara Municipal, medidas que assegurem o cumprimento dos compromissos assumidos mediante a instituição desta Lei;

V- promover a atuação coordenada e a integração dos órgãos municipais governamentais ou não, de entidades particulares e a particulares e a participação das comunidades em atividades destinadas à fiscalização, prevenção, tratamento, reinserção social, redução



**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE BAYEUX  
GABINETE DO PREFEITO**

de danos sociais e à saúde e repressão sobre o uso e abuso de drogas e seus efeitos no indivíduo e na sociedade;

VI- promover intercâmbio de informações e propostas aos órgãos afins, em nível regional e estadual;

VII- orientar, supervisionar e apoiar o funcionamento de instituições que, no âmbito do Município e Estado, promovem atividades de recuperação, tratamento e reinserção de usuários de drogas;

VIII- firmar acordos e convênios com órgãos municipais similares, instituições e entidades da sociedade civil de municípios da região metropolitana que atuam na área de drogadição;

IX- estimular estudos e pesquisas, visando ao aperfeiçoamento das atividades relacionadas ao controle e fiscalização do tráfico e uso de substâncias entorpecentes, ou que determinem dependências física e psíquica;

X- desenvolver programas de prevenção baseados em evidência científica;

XI- articular entre as secretarias estaduais e municipais (saúde, educação e juventude), a promoção de atividades de prevenção ao uso indevido de drogas.

§ 1.º- Para fins desta Lei, considera-se:

I- redução de demanda com o conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido de drogas, ao tratamento, à recuperação e à reinserção social dos indivíduos que apresentem transtorno decorrentes do uso indevido de drogas.

II- droga como toda substância natural ou produto químico que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química. Podem ser classificadas em ilícitas e lícitas, destacando-se, dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos;

III- drogas ilícitas aquela assim especificadas em lei nacional e tratados internacionais firmados pelo Brasil, e outras, relacionadas periodicamente pelo órgão competente do Ministério da Saúde, informadas à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas- SENAD e ao Ministério da Justiça- MJ;

§ 2.º- O COMAD deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo atualizados o Prefeito e a Câmara Municipal, quanto ao resultado de suas ações.

§ 3.º- Com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, o COMAD, por meio da remessa de relatórios frequentes, deverá manter a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas- SENAD, e o Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas- CEAD, permanentemente informados sobre os aspectos de interesse relacionados à sua atuação.

§ 4.º - O COMAD deverá, anualmente, apresentar os programas, as ações desenvolvidas e os resultados de sua atuação, assim como o demonstrativo econômico e financeiro do Fundo Municipal de Prevenção às Drogas- FUNPRED, caso o órgão tenha sido instituído, em audiência pública ou Sessão Especial realizada na Câmara Municipal de Bayeux (PB).

Art. 3º- O COMAD fica assim constituído:

I- Presidente

II- Secretário Executivo

III- Membros Conselheiros

§ 1.º- Os conselheiros, cujas nomeações serão publicadas em Diário Oficial do Município, terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.

§ 2.º - Sempre que se faça necessário, em função da tecnicidade dos temas em desenvolvimento, o Conselho poderá contar com a participação de Consultores, indicados pelo Presidente, através de deliberação dos Membros conselheiros.

§ 3.º- O presidente e demais membros da diretoria deverão ser eleitos pelos membros do Conselho em sua primeira reunião, dentre os Conselheiros efetivos, e nomeados pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º- O Conselho Municipal de Políticas Pública sobre Drogas será composto por representantes dos seguintes órgãos:

§ 1.º- representantes da Administração Pública Municipal, sendo:

- a) um da Secretaria Municipal da Saúde;
- b) um da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
- c) um da Secretaria Municipal da Educação;
- d) um da Secretaria de Segurança Pública e Proteção Social;
- e) um da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;

§ 2.º- representantes de organizações, instituições ou entidades municipais da sociedade civil;



- a) um advogado inscrito pela Ordem dos Advogados do Brasil- Secção Paraíba;
- b) um médico inscrito pelo Conselho Regional de Medicina da Paraíba;
- c) um representante do Conselho Tutelar de Bayeux;
- d) um representante das instituições que atuam na área de tratamento, recuperação e reinserção social de usuários de drogas, legalmente constituídas e devidamente registradas nos respectivos conselhos municipais;
- e) um representante de veículo de comunicação com sede no Município;
- f) um representante das entidades religiosas com trabalhos na área de tratamento, recuperação e reinserção de usuários de drogas.
- g) um representante da Associação de País.

§ 3.º- Poderão ser convidados pelo Prefeito Municipal, com direito a palavra e sem direito a voto:

- a) um representante do Poder Público Estadual, indicado preferencialmente pelas Secretarias Estaduais de Cultura, Educação, Justiça, Saúde e Segurança Pública;
- b) um representante do Poder Público Federal, indicado preferencialmente pelos Ministérios da Educação, Justiça e Saúde;
- c) um representante do Ministério Público Estadual.

§ 4.º- Os Conselheiros titulares deverão ser indicados ou eleitos juntamente com um suplente, os quais serão nomeados pelo Prefeito Municipal, sendo suas funções não remuneradas, porém consideradas de relevante serviço público. A relevância a que se refere o presente parágrafo será atestada por meio de certificado expedido pelo Prefeito, a partir da nomeação do conselheiro.

§ 5.º- O detalhamento da organização, do funcionamento do COMAD, assim como as atribuições de sua diretoria, serão objeto do respectivo Regimento Interno.

Art. 5º- As despesas decorrentes da presente lei serão atendidas por verbas próprias do orçamento municipal, que devem ser suplementadas, se necessário.

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO ÀS DROGAS

Art. 6º- Cabe ao COMAD instituir o Fundo Municipal de Prevenção às Drogas- FUNPRED, com objetivo de possibilitar a obtenção e a administração de recursos financeiros provenientes de doações, convênios, programas e projetos de que trata esta lei, os quais, serão destinados ao desenvolvimento de ações, visando a prevenção e controle do



uso e abuso de drogas, especificados na Legislação Federal, nos termos da política municipal para área e nas ações municipais, elaboradas pelo COMAD.

Art. 7º- Os recursos obtidos pelo FUNPRED serão destinados exclusivamente para:

- I- a realização de programas de prevenção ao uso e abuso de drogas;
- II- o incentivo à formação de grupos de apoio para atendimento aos usuários de drogas e aos seus familiares;
- III- a elaboração de textos educativos para divulgação junto a grupos de risco com informação sobre prevenção e tratamento de usuários de drogas lícitas e ilícitas, bem como a seus familiares;
- IV- outras atividades determinadas pelo COMAD e constantes de seu regimento interno.

Art. 8º- São recursos do FUNPRED:

- I- as receitas resultantes de doações da iniciativa privada e de pessoa física ou jurídica;
- II- dotações orçamentárias da União, do Estado e do Município consignadas especificamente para o atendimento do disposto nesta lei;
- III- redimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- IV- receitas de acordos, convênios ou termos de cooperação; e
- V- outros recursos que possuem ser destinadas ao Fundo;

Art. 9º- Os recursos do FUNPRED serão geridos pelo Conselho Municipal sobre Drogas-COMAD de Bayeux.

Art. 10º- O FUNPRED, de natureza e individualização contábeis, atuará por meio de liberação de recursos, observadas as seguintes condições:

- I- apresentação pelo beneficiário, de projetos ou planos de trabalho referentes aos objetivos previstos no artigo 7º da lei;
- II- demonstração da viabilidade técnica dos projetos e planos de trabalho e sua adequação aos objetivos de prevenção às drogas;
- III- enquadramento do projeto ou plano de trabalho pelo Conselho Municipal sobre Drogas;

Parágrafo Único- O detalhamento da constituição e gestão do FUNPRED, assim como de todo aspecto que a este fundo diga respeito, constará do Regimento Interno do COMAD.



**ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE BAYEUX  
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 11º- Os demonstrativos financeiros e o funcionamento do FUNPRED obedecerão ao disposto na legislação vigente referentes à Administração Direta Municipal.

Art. 12º- O COMAD providenciará as informações relativas à sua criação e sua atuação à SENAD e ao CONEN, visando sua integração aos Sistemas Nacional e Estadual Antidrogas.

**DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 13º- O COMAD providenciará a elaboração do seu Regimento Interno, pela aprovação da maioria absoluta de seus membros, no prazo de 30 dias de sua instalação.

Art. 14º- A primeira composição do Conselho Municipal sobre Drogas será formada por conselheiros indicados pelo Prefeito Municipal, para um mandato de um ano, improrrogável, em um prazo de 30 dias da aprovação desta lei.

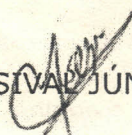
Parágrafo Único- A indicação destes Conselheiros deverá obedecer à composição indicada no artigo 4º desta lei.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 15º- Esta lei deverá ser regulamentada no prazo de 90 dias após sua publicação.

Art. 16º- Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Bayeux/PB, em 24 de janeiro de 2012.

  
JOSIVALDO JÚNIOR DE SOUSA

Prefeito Constitucional de Bayeux